



TERRITÓRIO INDÍGENA KAXARARI: CONFLITOS E RESISTÊNCIA

Kaxarari indigenous territory: conflicts and resistance

Territorio indígena Kaxarari: conflictos y resistencia

RESUMO

Este artigo é fruto da experiência e vivência da participação no Projeto “Viver Kaxarari” juntamente com pesquisadores/as dos Grupos de Pesquisas GepCultura e GepGênero (UNIR) e uma das temáticas do Projeto foi verificar “Os conflitos dentro e fora da TI Kaxarari”. E, para obter esses dados, trabalhamos com técnicas do método etnográfico para demonstrar de forma minuciosa e detalhada nossa análise nessa interação e participação com os sujeitos e sujeitas Kaxarari. Segundo Souza (2013, p. 55) a proposta metodológica de pesquisa reúne geografia e a etnografia em uma forma de auxiliar pesquisadores/as a: “Interação de geoetnografia [...] consideramos que a pesquisa se faz a partir do momento em que o pesquisador começa a pensar sobre ela, e não apenas quando inicia seu trabalho de campo. Da mesma forma, ela também não tem ponto final”. Nossa pesquisa apresenta um estudo sobre os conflitos, em específico, nas terras indígenas da comunidade Kaxarari, no município de Extrema, Rondônia. A pesquisa investigou sobre os conflitos em territórios nativos, pautado na ciência geográfica brasileira que analisa os fenômenos relacionados às categorias de análises do espaço nos contextos sociais e ambientais. Nesse sentido, a partir da perspectiva etnográfica nos propomos a escrever este artigo, e oportunizar aos indígenas da terra Kaxarari um espaço de fala relacionado aos conflitos existentes nas aldeias.

Palavras-chave: Amazônia; Território indígena; Kaxarari.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bacharel em Arqueologia.

ABSTRACT

This article is the result of the experience of participating in the “Viver Kaxarari” Project together with researchers from the GepCultura and GepGênero (UNIR) Research Groups and one of the themes of the Project was to verify “Conflicts inside and outside the Kaxarari IT”. And, to obtain this data, we worked with ethnographic method techniques to demonstrate in a thorough and detailed way our analysis of this interaction and participation with Kaxarari subjects. According to Souza (2013, p. 55), the research methodological proposal brings together geography and ethnography in a way of helping researchers to: “Interaction of geoethnography [...] we consider that research is carried out from the moment in which the researcher begins to think about it, and not just when he begins his fieldwork. Likewise, it also has no end point.” Our research presents a study on conflicts, specifically, in the indigenous lands of the Kaxarari community, in the municipality of Extrema, Rondônia. The research investigated conflicts in native territories, based on Brazilian geographic science that analyzes phenomena related to spatial analysis categories in social and environmental contexts. In this sense, from an ethnographic perspective we propose to write this article, and provide the indigenous people of the Kaxarari land with a space to speak related to the conflicts that exist in the villages.

Keywords: Amazon; Indigenous territory; Kaxarari.

RESUMEN

Este artículo es resultado de la experiencia de participar en el Proyecto “Viver Kaxarari” junto con investigadores de los Grupos de Investigación GepCultura y GepGênero (UNIR) y uno de los temas del Proyecto fue verificar “Conflictos dentro y fuera de las TI de Kaxarari”. Y, para obtener estos datos, trabajamos con técnicas del método etnográfico para demostrar de manera minuciosa y detallada nuestro análisis de esta interacción y participación con sujetos Kaxarari. Según Souza (2013, p. 55), la propuesta metodológica de la investigación reúne geografía y etnografía de manera que ayude a los investigadores a: “La interacción de la geoetnografía [...] consideramos que la investigación se realiza a partir del momento en que el El investigador comienza a pensar en ello, y no sólo cuando comienza su trabajo de campo. Asimismo, tampoco tiene un punto final”. Nuestra investigación presenta un estudio sobre los conflictos, específicamente, en las tierras indígenas de la comunidad Kaxarari, en el municipio de Extrema, Rondônia. La investigación investigó los conflictos en territorios nativos, basándose en la ciencia geográfica brasileña que analiza fenómenos relacionados con categorías de análisis espacial en contextos sociales y ambientales. En este sentido, desde una perspectiva etnográfica nos proponemos escribir este artículo, y brindar a los indígenas de la tierra Kaxarari un espacio para hablar relacionado con los conflictos que existen en los pueblos.

Palabras clave: Amazonia; Territorio indígena; Kaxarari.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas possuem suas próprias leis internas e costumes ancestrais o que leva a cada etnia a variadas formas de lidar com os seus conflitos e procuram construir acordos que na maioria das vezes não necessita da interferência do Estado. Entretanto, os tensionamentos e conflitos vividos pelos povos indígenas, a exemplo do povo Kaxarari relacionados às fortes intervenções externas, necessitam de fato do amparo das leis de proteção e garantias sejam aplicadas e respeitadas pelo estado. A Amazônia é palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência e afirmação, como aquela pela defesa dos lagos contra paqueriros; do extrativista que, prioriza o pensamento coletivo de viver em meio à abundante natureza; dos cientistas que, pacientemente, aprofundam conhecimentos sobre a realidade amazônica e os devolvem à população. E há a resistência diária dos povos indígenas em continuarem, dinamicamente, a viver do seu jeito modo (Heck; Loebens; Carvalho, 2005).

Nossa pesquisa apresenta um estudo sobre os conflitos, em específico, nas terras indígenas da comunidade Kaxarari, no município de Extrema, Rondônia. A pesquisa investigou sobre os conflitos em territórios nativos, pautado na ciência geográfica brasileira que analisa os fenômenos relacionados às categorias de análises do espaço nos contextos sociais e ambientais.

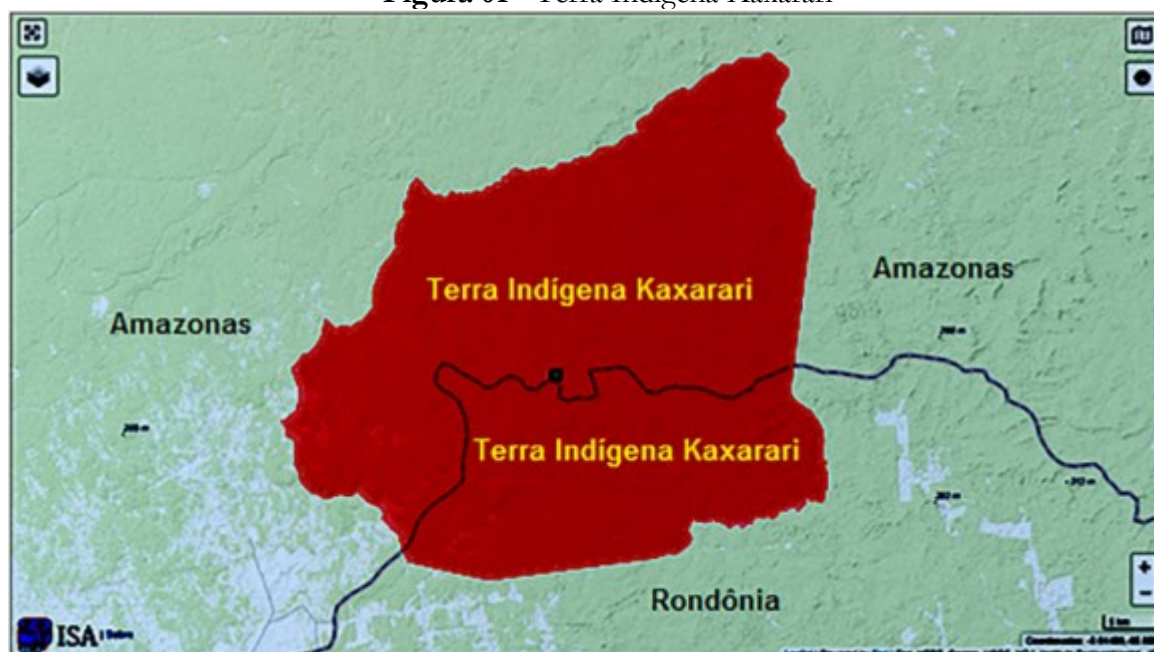
Os conflitos envolvendo a terra indígena Kaxarari, existem dentro e fora do território nativo, esses conflitos foram marcados principalmente pela entrada dos madeireiros por meio da cooptação de algumas pessoas das aldeias que permitiram o livre acesso e passaram a apoiar e negociar com tais madeireiros. Isso alimentou processos de discordâncias e conflitos internos. Ailton Krenak (2020, p. 62-63), explica o significado da relação com o território:

“Quando os índios falam: “A Terra é nossa mãe”, os outros dizem: “Eles são tão poéticos, que imagem mais bonita!” Isso não é poesia, é a nossa vida. Estamos colados no corpo da Terra, quando alguém a fura, machuca ou arranha, desorganiza nosso mundo”.

Este artigo é fruto da experiência e vivência da participação no Projeto “Viver Kaxarari” juntamente com pesquisadores/as dos Grupos de Pesquisas GEPCULTURA e GEPGÊNERO e uma das temáticas do Projeto foi verificar “Os conflitos dentro e fora da TI Kaxarari”. E, para obter esses dados, trabalhamos com técnicas do método etnográfico para demonstrar de forma minuciosa e detalhada nossa análise nessa interação e participação com os sujeitos e sujeitas Kaxarari. Segundo Souza (2013, p. 55) a proposta metodológica de pesquisa reúne geografia e a etnografia em uma forma de auxiliar pesquisadores/as a: “Interação de geoetnografia [...] consideramos que a pesquisa se faz a partir do momento em que o pesquisador começa a pensar sobre ela, e não apenas quando inicia seu trabalho de campo. Da mesma forma, ela também não tem ponto final”.

Compreender a complexidade das tensões reside sobre a maneira como os povos indígenas percebem e compreendem o mundo, da mesma forma, como os conflitos estão relacionados na política brasileira. Desse modo, a constituição de 1988 foi um avanço em relação aos povos originários por reconhecerem legalmente as terras ocupadas por eles. Conforme destacado no artigo a seguir: “1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Brasil, 1988). A constituição garante que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, portanto, a análise dos conflitos e tensões na comunidade indígena Kaxarari, será possível a partir da compreensão da constituição de seu território e da assistência garantida em lei pelos órgãos e autoridades competentes.

Figura 01 - Terra Indígena Kaxarari



Fonte: Instituto Socioambiental – ISA (2019).

Por considerar a necessidade de aprimorar os conhecimentos e entender mais precisamente a realidade pesquisada, tratou-se das técnicas qualitativas e procedimentos etnográficos como suporte metodológico na realização desta pesquisa tendo a vivência como experiência para obter uma visão integral do dia a dia do povo indígena (Souza, 2013).

Nesse sentido, a partir da perspectiva etnográfica nos propomos a escrever este artigo, e oportunizar aos indígenas da terra Kaxarari um espaço de fala relacionado aos conflitos existentes nas aldeias. Os instrumentos metodológicos utilizados foram a observação participante e entrevistas semi estruturadas por meio de questionário e a observação e vivência abrangendo a descrição e a interpretação para formarmos o perfil da organização e do modo de vida do povo.

Os trabalhos desenvolvidos em TI, nos desafia a superar dificuldades que são recorrentes devido às localizações. Com o intuito de compartilhar vivências, vamos relatar alguns momentos vividos na realização do Projeto. Para chegar até a estrada que nos leva às aldeias, fazemos o percurso de Porto Velho/RO pela BR 364, estrada asfaltada. Alguns trechos estavam em reforma ou construção, exigindo a espera em diversos locais e por longos períodos. Utilizando uma estreita estrada vicinal que liga uma aldeia a outra não é asfaltada, mas oferece trafegabilidade aos acadêmicos/as e professores/as chegaram ao local.

Resistência indígena e suas tensões

O Povo Kaxarari, em 1910, tinha uma população estimada de 2 mil indígenas, localizados na fronteira dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Desta época até hoje, devido aos violentos ataques e às epidemias, os Kaxararis foram reduzidos a menos de 600 pessoas; a língua do povo Kaxarari é da família Pano, semelhante ao idioma falado pelos Yaminawa, Kaxinawa, Yawanawa, Nukini, Katukina e Poyanawa (FUNAI, 1997).

A Terra indígena Kaxarari foi homologada em 13 de agosto de 1992, localizada na Amazônia Legal brasileira. A comunidade Kaxarari está localizada no município de Extrema e é dividida em dez aldeias. A constituição das identidades é um campo de batalha, no qual a resistência indígena é imprescindível no processo de preservação de sua cultura, como afirma Bauman (2005 p. 83) “sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha”, cenário comum na vida dos povos originários que vivem em constantes lutas por seu território e modos de vida desde os tempos de colonização. Ailton Krenak nos alerta:

Nós estamos, devagarinho, desaparecendo com o mundo que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, as formigas, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. [...] O mundo ao redor deles está sumindo. Quem vive na cidade não experimenta isso com a mesma intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: você estende a mão e tem uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital. Na floresta não há essa substituição da vida, ela flui, e você, no fluxo, sente a sua pressão (Krenak, 2020, p. 55-56).

Para analisar e investigar sobre os conflitos contra os povos indígenas Kaxarari é preciso discutir, as características que envolvem o uso do território, e a assistência dos órgãos governamentais e redes de apoio às questões e povos indígenas. Os indígenas têm autonomia para fazer uso do território demarcado, porém, há divergências sobre a eficiência dos órgãos de proteção a essa população. Outro viés discutido é de que os indígenas habitam em suas terras muito antes da criação ou regularização das mesmas, por isso, não apenas possuem o direito de viver e usar seu território, como também são responsáveis pela manutenção da biodiversidade ali existente (Zanatto, 2014).

A assistência dos órgãos governamentais como IBAMA, IDARON, Ministério Público, Educação, Saúde e outros, são fundamentais para solucionar as tensões e conflitos. Fany Ricardo (2004) adverte que os conflitos em terras indígenas se configuram de forma acentuada na região amazônica, pois essas populações estão mais vulneráveis, com menos condições de exercer plenamente sua cultura diferenciada, assim como proteger suas terras. Além disso, temos os casos de invasões, principalmente de madeireiros, e com interesse na caça e pesca. Atualmente é mais a saída de madeiras e a entrada de drogas. Os conflitos persistem também devido à permissão de alguns líderes indígenas aos madeireiros e permanência destes. Nos alerta Carvalho (2005),

O avanço capitalista sobre a Amazônia é como uma fera, quase indomável. Motosserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação. As grandes serrarias, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, agora seguem resolutas em direção à Amazônia, vestidas em peles de cordeiro, com o discurso da "exploração/devastação sustentável", ostentando diplomas de "certificação verde" e com projetos de "auto-sustentabilidade" na Amazônia. Quem vivenciou a devastação em décadas passadas tem razões de sobra para prever novas catástrofes ambientais, atingindo particularmente os territórios indígenas (Heck; Loebens; Carvalho, 2005).

A FUNAI conforme relato das lideranças entrevistadas é negligente quanto ao atendimento de seus próprios princípios de criação apontados anteriormente em relação às questões indígenas. De acordo com Zanatto (2014) o Estado Brasileiro historicamente nunca resolveu os conflitos nas terras indígenas. Ainda, Leitão (2004) afirma que além dos casos serem tratados com pouca seriedade no trato das questões indígenas, há ainda uma negligência por parte dos governos na esfera pública. A violência, preconceitos e discriminação são constantemente vivenciados pelos povos indígenas em diversos lugares de sua circulação fora da terra indígena.

Segundo as lideranças é comum na terra Kaxarari, os relacionamentos com jovens indígenas e não indígenas, afirmam que tais relacionamentos trazem muitos problemas para a comunidade, sendo o principal motivo: a não adaptação do homem ou mulher "branca" na aldeia. A principal punição à pessoa não indígena é a expulsão destas, caso não obedeçam às regras de cada aldeia. Já os crimes como homicídios não são comuns na comunidade indígena Kaxarari. No entanto, segundo as lideranças entrevistadas já aconteceram crimes que tiraram a vida de lideranças indígenas que faziam resistência contra a invasão de suas terras e resistência contra as ações dos madeireiros. Nesses casos, a polícia militar foi acionada, porém, esses crimes continuam sem o posicionamento da justiça, principalmente por não encontrarem o réu.

O estigma alimentado contra os povos indígenas está presente em inúmeros segmentos da sociedade externa às aldeias. Formado pelo ideal de bases colonialistas, as características étnicas e culturais dos povos indígenas não são respeitadas, resultando em diversos conflitos (Bascom, 2014). Para burlar as legislações e criar conflitos e tensões nas aldeias, tem se tornado frequentes os casamentos de não indígenas (geralmente com fortes ligações com grupo de madeireiros e

fazendeiros) com mulheres indígenas. Tal relacionamento tem se tornado fonte de violências e exige novas formas de intervenções das lideranças. “É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados” (Munanga, 2003).

Não há leis que proibam casamentos com indígenas, mas não é aconselhável indígenas casar com os não indígenas. Entretanto, quando um casamento é efetivado, os sujeitos ficam expostos às regras impostas pelas lideranças da aldeia, seja homem ou mulher. A família e a comunidade são as responsáveis pela aplicação de sanções previstas. A aceitação das pessoas da comunidade externa baseia-se em obedecer e cumprir os deveres de acordo com as leis indígenas. Entretanto, é mais fácil o indígena sair da aldeia, do que o não indígena integrar a comunidade.

Segundo (Haesbaert, 2007), o território é visto como espaço delimitado e controlado pela política de do estado, o território é estabelecido a parti das produções econômicas e dos produtos assim havendo um impasse de classes sociais em relações capital e trabalho, sendo assim as comunidades indígenas dependem economicamente das condições físicas dos seus territórios. A ausência institucional retrata a falta de assistência dos órgãos competentes às necessidades básicas como saúde, educação e infraestrutura conforme indicam as lideranças dos Kaxarari. Todas as lideranças relataram a falta de assistência dos órgãos competentes, principalmente a FUNAI. Dentre as principais negligências destacam a inércia diante das invasões de madeireiros e a permanência destes em terras indígenas, um grande impasse que há nesse território e quem realmente é responsável pela jurisdição, e como extrema ficar na divisa dos estados do Acre e Rondônia os Kaxarari ficam sem assistência tanto da Funai e Sesai.

Durante a pesquisa, verificamos que o sistema de saúde é negligente nos atendimentos das aldeias Kaxarari. Baixo número de profissionais, como dentista, pediatra e outros especialistas, além da impossibilidade de locomoção. A educação possui déficit em qualidade, materiais didáticos, profissionais e merenda escolar. Conforme o relato das lideranças, nas aldeias era oferecido somente até o 6º ano da Educação Básica. A garantia de direitos básicos está consolidada no Estatuto do Índio e outras Leis complementares, porém como Bascom destaca: “Estas leis devem ser entendidas como direito exógeno a estes povos, pois foram pensadas e positivadas por legisladores não índios, ao contrário de seu direito endógeno, que é extraído das relações de vivência e traz em seu bojo uma carga moral e cultural” (Bacom,2014, p. 29).

Segundo relatos o povo Kaxarari fez os primeiros contatos com o não-indígena por volta em meados dos anos 60, mediados por uma das lideranças que deixou como sucessor seu filho, atual cacique da aldeia Barrinha. Este cacique observa que existem diferenças no tratamento para pessoas das diferentes aldeias, que gera conflitos e desconfianças entre os integrantes da comunidade, por isso, criaram uma organização dentro da comunidade Kaxarari intitulada

Organização das Famílias Kaibu Kaxarari (OFIKK). Tanto o processo de desmatamento quanto a ocorrência de conflitos rurais na Amazônia não são fenômenos novos. Na verdade, pode-se observar que a preocupação com ambos ganha força a partir da década de 80, passada mais de uma década da política de colonização da Amazônia levada pelo governo militar (Becker, 1991).

Outro desafio segundo as lideranças indígenas é preservar a língua materna, uma vez que estão perdendo o hábito de se comunicarem por meio da língua de origem. As tradições de origem indígena também estão desaparecendo, principalmente com a chegada das religiões cristãs.

No cotidiano, os homens trabalham com colheita e comércio da castanha e da farinha. A negociação dos produtos, geralmente, é uma atribuição dos homens. Desse modo, o povo indígena Kaxarari necessita de um olhar sistêmico para a ocupação do espaço. Moreira (2020) contribui que, a partir do momento em que propiciar um olhar geograficamente humano, assim como proporcionar ações que reduzam os preconceitos e estereótipos, toda a sociedade receberá uma resposta positiva em meio a diversas culturas e etnias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar as tensões em territórios indígenas, a partir das narrativas das lideranças indígenas do povo Kaxarari, apresentando os principais conflitos existentes a partir das narrativas das lideranças dos Kaxarari, assim como, verificar a eficiência das instituições parceiras ou programas de apoio ao povo. Os relatos nos mostraram um perfil dos saberes e conhecimento a respeito da vivência e enfrentamentos que o povo tem para sobreviver. As frágeis garantias básicas de seus direitos como pessoa indígena, a precariedade do oferecimento dos serviços como educação, saúde, segurança, infraestrutura, demonstraram que, mesmo vivendo em aldeias diferentes, algumas mais distantes, o objetivo das lideranças são comuns: a luta pela garantia das condições de qualidade de vida do coletivo.

É importante destacar, que a saída da Terra indígena afeta a grande quantidade de indígenas dentro da cidade, e pode ocorrer devido vários fatores, sendo voluntário, ou devido a conflitos ou como fator de saúde e educação e assim não sendo contemplados com as políticas públicas, e além desses diversos fatores dentro da territorialidade urbana há a grande dificuldade com língua pois alguns não falam a língua do branco e assim dificultando mais o acesso ao emprego ou algum atendimento.

REFERÊNCIAS

BASCOM, Raimunda Gomes Damasceno. **Mulheres indígenas em situação de violência doméstica e a aplicação/efetividade da Lei Maria da Penha**. 2014. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática.1991.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15371.htm. Acesso em: 20 de jan. 2021.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Relatório de viagem à área indígena Kaxarari**. Brasília, DF: FUNAI, 1997.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 19, n. 53, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100015>

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB-RJ, 3., 2003, Rio de Janeiro, RJ. **Palestra** [...]. Rio de Janeiro: PENESB-RJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

RICARDO, Fany P. (org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SOUZA, Ângela F. Gomes de. **Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas**. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Ângelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 55-67. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438>.

ZANATTO, Vinícius Galvão. **Conflitos institucionais em territórios indígenas: o caso das terras indígenas da Ilha do Bananal e o Parque Nacional do Araguaia – TO**. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, DF, Brasília, DF, 2014.

Recebido em: 01 de março de 2024

Aceito em: 08 de março de 2024